

SÓ A LEGITIMIDADE GERA A CREDIBILIDADE

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI** (PFL-PI) – Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de saudar os triangulinos pela luta que empreendem, há mais de cem anos, para a formação do Estado do Triângulo.

Na fase constituinte, votei a favor da criação desse Estado. Recentemente, votei favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo, de autoria do eminente Deputado Chico Humberto, na Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Hoje, certamente, haverei de contribuir com meu voto para que esta centenária aspiração do povo daquela região de Minas Gerais possa tornar-se fato concreto. (Palmas prolongadas)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, rompendo um jejum que se prolongava por quase 30 anos, o povo brasileiro finalmente vai escolher, por via direta, o futuro Presidente da República.

Marca esse longo período de abstinência política um amplo e contrastante universo de realidades econômicas e sociais. No plano econômico, o Brasil de princípios da década de 60 muito difere do Brasil no alvorecer dos anos 90. Tanto que não há necessidade de arrolar indicadores para provar que conseguimos transformá-lo na oitava potência mundial em capacidade produtiva. Paradoxalmente, no entanto, não fomos capazes de conceber um modelo de desenvolvimento menos acumpliciado com a crueldade e a selvageria das injustiças sociais.

Diante da progressiva deterioração da vida do brasileiro, já não se fala mais na injustiça da pobreza, pois mais injusto do que o estado de pobreza é o estado de indignidade.

O Prof. Maurício Romão, da Universidade Federal de Pernambuco, estima que 62 milhões de brasileiros ganham menos que o salário mínimo. Considerando que o nosso salário mínimo, nos dias de hoje, não atinge 30 dólares, sendo um dos mais baixos do mundo, depreende-se que metade da população brasileira não ganha o suficiente sequer para sobreviver. Somos, portanto, mais do que de pobres, uma país de indigentes, doentes, famintos e maltrapilhos.

Já se vê que o modelo de desenvolvimento que conseguimos produzir, à custa do garroteamento das liberdades democráticas, favoreceu a opulência de alguns e condenou a metade da população a condições subumanas de vida, tanto do ponto de vista material quanto do ponto de vista político.

Porém, tão degradante quanto a pobreza material é a pobreza política. Se aquela consiste na falta de bens indispensáveis à sobrevivência humana, a pobreza política se caracteriza pela negação dos mecanismos pelos quais as pessoas possam conquistar seus direitos. Daí a lição de Pedro Demo: “ser pobre não é apenas não ter, mas ser coibido de ter”.

Por outro lado, estima o Prof. Romão em 20 bilhões de dólares os recursos de que precisamos para resgatar a dívida social de curto prazo existente no País e, com isso, assegurar a essa massa de brasileiros o padrão de vida que possuía em 1980!

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, 11 bilhões e quinhentos milhões de dólares estamos condenados a pagar neste ano aos credores internacionais, a título de juros da dívida externa. Mais de 50 bilhões já pagamos nos últimos cinco anos!

O rei está nu, pois a oitava economia do mundo só produz para pagar juros. E quanto mais paga, mais aumenta a dívida. Há cinco anos ela alcançava 60 bilhões de dólares. Hoje, 115 bilhões. E amanhã, de quanto será?

Se esse endividamento vertiginoso nos preocupa, há de nos preocupar muito mais a sua origem. Do contrário, como explicar que os papéis representativos dessa dívida estejam sendo cotados no exterior por apenas 30% de seu valor nominal?

Está claro que essa sangria imposta ao País responde pelo aviltamento das condições de vida do povo brasileiro e compromete, gravemente, nossa soberania. Está claro também que estancá-la, rechaçando as imposições dos banqueiros internacionais, constitui nosso maior desafio.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Amazônia volta a ocupar as manchetes da imprensa internacional.

A pretexto de proteger a Humanidade dos efeitos catastróficos da exploração predatória de suas potencialidades, arma-se o palanque para a demagogia eleitoral, o vedetismo publicitário, a

cobiça internacional e a chantagem ecológica. Diante disso, a questão extrapola seus aspectos econômicos para assumir contornos de forte conteúdo político, por descambar para intromissões indevidas.

Pela amplitude e complexidade dos problemas que envolve o aproveitamento da Amazônia, ninguém cometeria a estultice de recusar a colaboração internacional isenta de interesses inconfessáveis. Mas a ninguém é lícito desconhecer que o assunto diz respeito exclusivamente à soberania dos países amazônicos. A eles, sim, cabe definir a forma, os limites e os meios a serem observados não só no tocante a esse aproveitamento, mas, também, quanto à adoção de medidas que impeçam a degradação do meio ambiente.

O que não podemos admitir é o enclausuramento da Amazônia, sob pressão de países que poluíram o mundo com seus imensos parques industriais e arsenais atômicos, hoje tocados por discutível e tardia preocupação com o destino da Humanidade.

No caso particular do Brasil, entendo que já atingimos a maturidade necessária para saber o que nos convém. Se não bastasse o simples instinto de sobrevivência, há uma nítida consciência nacional em torno do assunto. É a sociedade brasileira, inclusive por mandamento constitucional, que repele a devastação da Amazônia, mas não se demite do direito de aproveitar racionalmente suas riquezas.

Por mais que nos envaideça a posição de senhores da maior floresta tropical do mundo, a consciência nos diz, a todo instante, que só a merecermos, efetivamente, se formos capazes de explorá-la em proveito do homem, em todos os seus múltiplos aspectos. Principalmente do homem que lá vive entregue à própria sorte, isolado pela falta de estradas e comunicações, endêmico e faminto na terra de Canaã.

Pergunto eu: é justo que a esse homem, perdido na imensidão da floresta e submetido a formas primitivas de vida, sem hospitais, água tratada, escola ou energia elétrica, seja negado o acesso aos bens da civilização, aos bens que o gênio humano criou em benefício de toda a Humanidade...

Já não falo dos índios, hoje sob a proteção especial do Estado, passageiros cativos dos aviões da FAB e hóspedes constantes da FUNAI. Eu me refiro aos outros brasileiros, aos desprotegidos e deserdados da sorte, aos naufragos das enchentes e aos sobreviventes dos mosquitos e endemias. Será que a Nação pode esquecê-los, abandoná-los, em nome do **tropical chic** tão em voga nas praças da Europa e dos Estados Unidos?

Não, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a essa gente cabe também o direito de viver com dignidade. Por isso não posso entender por que deixar-se de construir uma rodovia que possibilite o acesso de produtos brasileiros aos portos peruanos do Pacífico e daí ao promissor mercado japonês, reduzindo à metade o tempo e o frete.

Não consigo entender também por que não deslocar pouco mais de 200 pessoas, mesmo que sejam indígenas, para ser construída na área uma hidrelétrica, que vai gerar 7 milhões de Kilowatts, num país que vem sofrendo os danosos efeitos do racionamento de energia e de crescentes taxas de desemprego e subemprego.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio ser o Brasil o único país do mundo a pretender ingressar no bloco dos desenvolvidos conduzindo na cacunda o surrão do analfabetismo. Numa época cujos avanços são sinalizados pela ciência e pela tecnologia, operar este milagre apenas confirmaria a crença de que “Deus é brasileiro”.

Quase 40 milhões de compatriotas amargam a chaga social do analfabetismo. No entanto, gastam-se 80% dos recursos do MEC com uma educação superior que privilegia apenas 1 milhão e 500 mil estudantes. Nas instituições universitárias federais, um burocrata chega a ganhar mais que um professor-pesquisador. E para aprofundar essa aberração, os servidores administrativos de 17 universidades estão hoje em greve.

Na Bahia, o mais rico Estado do Nordeste, 27% dos servidores são analfabetos ou semi-analfabetos, segundo recente estudo realizado e divulgado pela Fundação para o Desenvolvimento do Servidor Público – Fundesp, por encomenda do Governo estadual.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado José Luiz Maia.

O Sr. **José Luiz Maia** – Nobre Deputado Jesualdo Cavalcanti, V. Ex^a. traz, hoje, a esta Casa, num brilhante pronunciamento, temas da maior importância para a sociedade brasileira. Traz,

sem emoção, a questão da Amazônia e, de outro lado, reflete, com muita clareza, o problema educacional do País. Li, há poucos dias, nos jornais, inclusive nos do meu Estado, onde mais de 50% da população são de analfabetos, que o Governo brasileiro é impotente ou incapaz de resolver este grave e secular problema de nosso País. Liberam-se recursos para construir paredes, gastam-se recursos, exageradamente, com o ensino superior, como bem disse V. Ex^a. e esquece-se o fundamental, o básico, aqueles cuidados necessários que se tem de ter com a infância e com a juventude brasileira. De modo que me associo às palavras de V. Ex^a. e parabenizo-o pelo oportuno e brilhante pronunciamento que faz nesta Casa, na tarde de hoje. Parabéns, Deputado!

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI** – Agradeço ao nobre Deputado José Luiz Maia o aparte, colega que honra nosso Estado, representando-o tão bem nesta Casa do Congresso Nacional. O que nos chamou a atenção foi justamente o fato de que na Coréia, país antes tido como atrasado, talvez por ser asiático, 95% dos assalariados são portadores do curso colegial.

O Sr. **Oswaldo Sobrinho** – Nobre Deputado Jesualdo Cavalcanti, quero dizer que concordo em gênero, número e grau com o seu pronunciamento. V. Ex^a. traz a esta Casa e à Nação assunto que todos nós precisamos ouvir. Não podemos mais considerar a Amazônia – principalmente nós, que somos de lá – simplesmente como o oráculo do mundo. Precisamos, sim, ajudar este País a produzir. No entanto, tem nos deixado em condições constrangedoras o fato de a Amazônia ser objeto de todos os louvores, de todas as orações, de todos os cânticos, mas não receber a ajuda que deveria vir dos órgãos públicos deste País. É necessário começarmos a encarar a Amazônia com seriedade, com responsabilidade, tratando-a como uma região especial. Especiais, também, são as pessoas que lá estão trabalhando, lutando para tornar essa região produtora para o País. Quanto à questão da educação que V. Ex^a. colocou, também, concordo em gênero, número e grau. Temos investido, neste País, 80% dos recursos do Ministério da Educação no ensino superior. Enquanto isso, fica um vazio na educação fundamental. Surgem milhares e milhões de analfabetos neste País a cada dia que passa, aprofundando-se esse quadro que aí está. Portanto, é necessário reverter essa pirâmide, porque, caso contrário, seremos um País falido no campo educacional e da tecnologia. Acredito que com a nova Lei de Diretrizes e Bases, para a qual tive o privilégio de apresentar, também, projeto de lei, haveremos de mudar esse quadro, para dar a todos os brasileiros condições e oportunidades iguais, principalmente àqueles que estão precisando da educação fundamental. Parabenizo V. Ex^a. por tão importante pronunciamento e também me coloco à sua disposição para trabalharmos juntos por essas causas comuns. Muito obrigado.

O SR **JESUALDO CAVALCANTI** – Muito obrigado, eminente Deputado Oswaldo Sobrinho, pela contribuição que traz ao pronunciamento que este modesto orador faz hoje da tribuna da Câmara dos Deputados.

Prossigo, Sr. Presidente.

E o Nordeste?

Sim, o Nordeste, esse campeão nacional em todos os indicadores sociais e econômicos negativos, com a menor renda **per capita** e as maiores taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil, de desemprego e subemprego, onde o homem morre com 10 anos a menos de vida? Que fazer de uma região de 1.542.000 Km², onde 30% da população brasileira só respondem por 10% da produção nacional? Que políticas adotar para zerar esse gritante desnível econômico e social?

Preveem os técnicos da Sudene que o Nordeste poderá igualar-se ao Brasil daqui a 30 anos, isto é, no longínquo ano de 2.019. Mas isso só ocorrerá se a região crescer 40% acima da taxa de crescimento do País e triplicando os investimentos que ora recebe.

O que nos choca no exame da situação nordestina é a constatação de que seu povo é pobre, mas suas oligarquias não o são.

Não menos preocupante é o processo de inchaço que experimentam nossas cidades. Recente estudo da ONU indica que o Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, estarão, no ano 2.000, se persistir a tendência atual, entre as 10 maiores cidades do mundo. Ao final desse período, que corresponde a pouco mais de um mandato de Senador da República, 75% da população estarão habitando os centros urbanos e apenas 25% a zona rural. No rastro desse êxodo rural sem precedentes na História da Humanidade, decorrente da falta de condições de vida e de trabalho no campo, acentua-se o processo de favelização das cidades, com suas conhecidas mazelas – a mendicância e a

criminalidade. Se hoje há uma carência de 10 milhões de moradias, apesar da ação do falecido BNH, não é difícil imaginar o drama surrealista que representará o ato de viver, ou melhor, de tentar viver nas cidades brasileiras.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Felipe Mendes.

O Sr. **Felipe Mendes** – Quero cumprimentar V. Ex^a. pela clareza do discurso, pela maneira concisa como aborda os graves problemas deste País, principalmente da nossa região –o Nordeste. Penso que o Nordeste não é um problema para o País, mas uma solução. O Nordeste teria equacionado quase todos os seus problemas se o País resolvesse, por exemplo, a questão educacional, tão bem levantada por V. Ex^a. Mais da metade dos analfabetos brasileiros está no Nordeste. Se esta questão fosse seriamente tratada, certamente os problemas da nossa região seriam solucionados, na maior parte. Quero cumprimentar V. Ex^a. também, pela oportuna declaração de apoio à causa da criação do Estado do Triângulo (Palmas), à qual me associo. Aproveito este momento para dirigir meus cumprimentos ao Deputado Chico Humberto e ao amigo companheiro Virgílio Galassi, atualmente Prefeito da cidade de Uberlândia.

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI** – Muito obrigado pelo aparte, Deputado Felipe Mendes, parceiro dessa luta em favor do Nordeste, particularmente do Piauí. V. Ex^a. quando exerceu as elevadas funções de Secretário de Planejamento, foi uma voz atuante em defesa dos interesses do nosso Estado no sentido de provar que o Piauí é viável, assim como todo o Nordeste.

Continuo, Sr. Presidente.

A nova Constituição criou profundas expectativas na sociedade brasileira. A ampla discussão que suscitou, nos 19 meses de sua elaboração, terminou por dar aos menos avisados a impressão de que, uma vez promulgada, estaria decretada, num passe de mágica, a felicidade do povo brasileiro. E, assim, não haveria mais fome, mais doenças, mais analfabetos, mais atraso.

Cessada a euforia da promulgação, os fatos do cotidiano vêm evidenciando que “na prática, a teoria é outra”. Nada de milagres, nada de mágicas inconsistentes e enganadoras.

O texto constitucional, na visão dos Constituintes, ofereceu os instrumentos para a construção de um modelo de sociedade menos selvagem, capaz de redistribuir os frutos do desenvolvimento e, assim, resgatar essa imensa dívida social aqui exposta.

Mas a luta apenas começou.

Se é verdade que o Congresso Nacional, pela inércia, vem concorrendo para frustrar a sociedade brasileira, tampouco é menos verdade que toda uma estrutura de poder, por vezes invisível, conspira, diuturnamente, para invalidar as conquistas sociais, políticas e econômicas inscritas na Constituição.

No final, creio eu, o povo vencerá, como sempre venceu, mesmo tardiamente, nos momentos mais decisivos de nossa história. O esquartejamento de Tiradentes não impediu a Independência. Nem a Abolição. Nem a República.

Tenho para mim que a crise social que nos assalta não caracteriza uma crise da democracia. Até porque o agravamento da questão social antecede a redemocratização de nosso País, balizada pelo retorno das eleições diretas em todos os níveis e pela promulgação da nova Carta. Aliás, foi a inquietação gerada pela crise social, incontida nos escaninhos do poder autoritário, que forçou a abertura do regime.

Há, portanto, um projeto de democracia em andamento. A próxima etapa será a eleição do futuro Presidente da República. Por essa via, finalmente, o Estado e a Nação em breve vão se encontrar. E nela, o povo vai dizer que tipo de Estado deseja.

Só a legitimidade gera a credibilidade.

Legitimado pela vontade do povo, quem assumir tão cobiçado posto não tem apenas a obrigação, mas sobretudo a necessidade de ser e agir como estadista.

Muito obrigado.